



INSS alerta segurados contra golpes

Aposentados e pensionistas do INSS precisam estar atentos contra golpes de estelionatários. Segundo a assessoria do Instituto, algumas pessoas, se fazendo passar por funcionários do INSS, vão à residência dos beneficiários e solicitam cheque, dinheiro, documentos e, até mesmo, o cartão magnético de recebimento do benefício.

A orientação é que os aposentados e pensionistas desconfiem de

peças que se apresentem como funcionários do INSS e prometem serviços como agilização de processos, aumento de valores de benefícios e recadastramento.

É importante ressaltar que os serviços do Instituto são gratuitos. O alerta é para que aposentados e pensionistas não entreguem qualquer documento, dinheiro, cheque, cartão bancário ou senha. Caso essa situação ocorra, o aposentado ou pensionista deve comunicar o fato à polícia.

O dia de pagamento merece cuidado redobrado

Além de estarem sujeitos à ação de estelionatários, os aposentados e pensionistas também correm o risco de serem roubados ou furtados no dia em que recebem o benefício do INSS. Para evitar que isso ocorra, o INSS dá algumas dicas aos beneficiários:

- 1 Não é necessário chegar ao banco antes da abertura da agência e ficar do lado de fora na fila, pois o segurado pode ficar "marcado" pelos golpistas e ser atacado ao sair da agência.
- 2 O pagamento das aposentadorias é feito durante todo o horário de funcionamento dos bancos. Além disso, os valores dos benefícios ficam disponíveis no banco por dois meses.
- 3 O aposentado deve alternar os horários de recebimento do benefício de um mês para outro, para não criar hábitos que possam ficar conhecidos por ladrões.
- 4 É possível optar pelo recebimento em conta corrente. Dessa forma, o beneficiário não precisará fazer o saque no dia exato do pagamento.
- 5 Sempre que precisar de uma informação ou ajuda na agência bancária, o aposentado ou pensionista deve procurar um funcionário do banco que esteja devidamente uniformizado e de posse de seu crachá de identificação.

Ministério do Trabalho dá aval a imposto sindical

A Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, defende a cobrança do imposto sindical de todos os trabalhadores de uma categoria após a aprovação em assembleia. A contribuição passou a ser voluntária com a reforma trabalhista, em vigor desde novembro. Pelo entendimento da nova lei, o imposto só pode ser cobrado do trabalhador que der autorização individual por escrito. A nota técnica nº 2/2018, assinada pelo secretário Carlos Cavalcante Lacerda, devolve aos sindicatos um direito que é interpretado como uma decisão do trabalhador. À Folha, Lacerda disse ter recebido de entidades mais de 80 pedidos de manifestação. "Sem a contribuição, pequenos sindicatos não vão sobreviver. A nota pode ser usada para os sindicatos embasarem o entendimento de que a assembleia é soberana", afirmou Lacerda.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 02/04/2018

MP emperra e põe em xeque reforma trabalhista para todos os contratos

A medida provisória com ajustes na reforma trabalhista emperra no Congresso e põe em xeque a validade das novas regras para contratos assinados antes das mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em vigor desde novembro. O entendimento de que a nova lei rege todos os contratos está na medida provisória 808, editada pelo presidente Michel Temer no fim do ano passado. O texto foi enviado aos parlamentares em razão de um acordo para que o Senado aprovasse a reforma. Com vigência máxima de 120 dias, a medida provisória deverá caducar. Para virar lei, ela precisa ser aprovada até o dia 23 de abril. A comissão mista instalada para analisar a matéria, no entanto, ainda não escolheu presidente nem relator. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou ao colegiado que só receberá o projeto de conversão em lei até terça-feira (3). Se fosse votada pela comissão, a MP ainda teria de passar pela análise dos plenários das duas Casas. Maia define a pauta da Câmara. Sem a aprovação da MP, especialistas veem brechas para judicialização.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/03/2018

Desemprego sobe para 12,6% e trabalho informal registra alta de 5% no Brasil

O desemprego no país voltou a crescer atingindo 12,6% no trimestre entre dezembro e fevereiro, segundo dados divulgados na quinta-feira (29). No total, são 13,1 milhões de desocupados, a pior marca desde o período de três meses findo em julho de 2017. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a piora do cenário se deve à demissão dos funcionários temporários contratados no fim de 2017. "Sempre no primeiro trimestre do ano a taxa tende a subir", disse o coordenador da pesquisa, Cimar Azeredo. Na comparação com igual trimestre do ano passado, a taxa de desemprego caiu 0,6%. Para, Sarah Bretones, da MCM Consultores, o quadro mais recente do mercado de trabalho é neutro. "Ele mostra que o mercado de trabalho está melhor, mas num ritmo mais lento, já que tudo ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior", diz ela.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/03/2018

Audidores fiscais vão acirrar paralisação a partir de amanhã

A partir deste domingo (1º) até o próximo sábado (7), os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) acirrarão a greve, que já vem acontecendo desde 1º de novembro de 2017. Desta vez, além da quebra do acordo salarial fechado com a carreira em 2016, e até hoje não cumprido pelo governo, a categoria também protesta pelo desmonte da Aduana brasileira. O último ato de desmonte da aduana foi concretizado pela Portaria RFB nº 310/2018, que entra em vigor a partir de abril e fragiliza as fronteiras do país, já que reduz pela metade o contingente de servidores que devem atuar na fiscalização de portos, aeroportos e pontos de fronteira no período noturno e que alterará o plantão de 24 x 72 horas, adotado há décadas, pelo plantão de 12 x 36 horas, sem que se observe qualquer vantagem para o interesse público com essa alteração.

Agreve

A paralisação dos auditores fiscais tem sido marcada por greve fora da repartição durante as terças, quartas e quintas-feiras e dia sem computador às segundas e sextas-feiras. Durante a greve dos auditores fiscais, na Alfândega, só serão liberadas cargas consideradas essenciais como medicamentos, insumos hospitalares, animais vivos e alimentação de bordo para tripulantes de navios. A previsão é que, além dos atrasos que já vêm ocorrendo na liberação de cargas de cerca de 15 dias, durante os dias 1º a 7 de abril possam vir a ocorrer atrasos adicionais de no mínimo sete dias. Além disso, serão paralisados totalmente projetos estratégicos da Receita Federal, tais como a nova sistemática de Lojas Francas e o credenciamento de novos Operadores Econômicos Autorizados (OEA). Já na Delegacia da Receita Federal haverá a paralisação de todos os grupos e equipes de trabalho, projetos, reuniões gerenciais e todas as demais iniciativas que importem em incremento de arrecadação.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30 e 31/03/2018